



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 20262302.0002.02.005

O presente instrumento tem por finalidade definir e consolidar os elementos que norteiam o registro de preços para contratação de pessoa jurídica, com critério de julgamento de menor, para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E, gerados pelas unidades da rede pública municipal do Município de Maués/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura de Maués

ÁREA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Saúde

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO *(alínea “a” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

1.1. Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica, com critério de julgamento de menor, para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E, gerados pelas unidades da rede pública municipal do Município de Maués/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO *(alínea “b” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

2.1. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.



2.2. LEI FEDERAL Nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2.3. DECRETO MUNICIPAL Nº 062, de 21 de janeiro de 2025. Regulamenta o procedimento auxiliar denominado Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia sob a égide da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal, além de dar outras providências.

2.4. DECRETO MUNICIPAL Nº 073, de 27 de março de 2025. Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal, além de dar outras providências.

2.5. RDC ANVISA Nº 222, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre os requisitos de boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde - RSS, estabelece definições, classificação, segregação, acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, bem como as responsabilidades dos geradores e operadores, e dá outras providências.

2.6. RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde, fixa diretrizes e procedimentos a serem observados pelos geradores e prestadores de serviços de manejo de RSS, no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.

3. PLANILHA DESCRITIVA DOS ITENS (alínea “a” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

Ord.	Detalhamento do Objeto	Unidade	Qtde
1	SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, Aplicação: lixo hospitalar; Descrição: serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada dos resíduos de serviços de saúde dos Grupos A (infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), gerados pelas unidades da Rede Municipal de Saúde do Município de	Kg	780.000



Maués/AM; Adicionais: serviço em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas sanitárias e ambientais aplicáveis.		
--	--	--

- 3.1. A definição dos quantitativos constantes na planilha de serviços foi realizada com base nas informações constantes do Estudo Técnico Preliminar específico para o gerenciamento externo dos resíduos de serviços de saúde do Município de Maués/AM, fundamentada em registros históricos de geração de resíduos, dados de contratações anteriores e projeções de demanda da rede municipal de saúde, refletindo, de maneira objetiva, delimitada e vinculativa, a necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.2. Os quantitativos previstos possuem natureza estimativa, diretamente relacionados ao atendimento das necessidades contínuas de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde gerados pelo Hospital Raimunda Francisca Dineli da Silva e demais unidades da rede municipal, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, não se confundindo com obrigação de consumo integral, sobretudo em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços.
- 3.3. Dessa forma, a presente contratação limita-se estritamente ao escopo quantitativo máximo definido neste Termo de Referência e no respectivo processo de planejamento, em observância aos princípios da legalidade, do planejamento e da vinculação ao instrumento convocatório, não se estendendo a eventuais necessidades futuras que, embora existentes, deverão ser objeto de nova contratação, a ser oportunamente instaurada pela Administração.
- 3.4. Ressalta-se que a natureza da demanda se caracteriza como essencial, contínua e de risco sanitário e ambiental elevado, vinculada à manutenção da regularidade dos serviços públicos de saúde, possibilitando a execução contratual conforme a necessidade administrativa efetiva e a disponibilidade orçamentária, durante o período de vigência contratual, sem prejuízo da observância dos limites quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.
- 3.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é até 12 (doze) meses, contado da assinatura e podendo ser prorrogável por igual período conforme o Art. 84 da Lei 14.133/21.



- 3.6. Todos os serviços contratados deverão ser executados em estrita observância às normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo a contratada manter, durante toda a vigência, licenças ambientais, autorizações, registros e alvarás necessários ao exercício regular de suas atividades.
- 3.7. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência deverão ser igualadas e poderão ser superadas por soluções alternativas aquelas originalmente especificadas, desde que respeitados os requisitos mínimos de padrão, desempenho e funcionalidades exigidos para o ambiente onde esses materiais/bens/produtos serão aplicados.
- 3.8. Para tanto, a licitante deverá indicar esta condição expressamente em sua Proposta de Preços e encaminhar à CONTRATANTE, no momento oportuno, documentação técnica e esclarecimentos que permitam avaliação fundamentada e conclusiva acerca da equivalência técnica ou superioridade da solução ofertada em relação ao definido no presente instrumento.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS *(alínea “c” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 4.1. Considerando os estudos técnicos realizados na fase de planejamento da contratação, bem como as diretrizes estabelecidas no inciso V do § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração concluiu que a solução mais adequada para o atendimento da necessidade identificada consiste na contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de saúde, abrangendo resíduos dos Grupos A, B e E, gerados pelo Hospital Raimunda Francisca Dineli da Silva e pelas demais unidades da rede pública municipal de saúde, por meio da modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global.
- 4.2. A escolha do pregão eletrônico justifica-se pela natureza de serviço comum especializado a ser contratado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, em conformidade com o inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, possibilitando ampla competitividade, maior



transparência, celeridade procedimental e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, especialmente diante da existência de diversas empresas potencialmente aptas à execução do objeto em âmbito regional e nacional.

- 4.3. A solução adotada revela-se técnica e juridicamente adequada em razão da natureza essencial, contínua e de alto risco sanitário e ambiental dos serviços, diretamente relacionada à necessidade permanente de gerenciamento externo dos resíduos de serviços de saúde gerados pela rede municipal. Assim, a contratação de empresa especializada, devidamente licenciada pelos órgãos sanitários e ambientais, permite a execução contratual em estrita conformidade com o planejamento previamente estabelecido no Estudo Técnico Preliminar, compatibilizando a prestação dos serviços com a capacidade operacional do Município, promovendo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, fortalecimento dos mecanismos de controle e mitigação de riscos associados ao manejo inadequado desses resíduos.
- 4.4. No que se refere à adoção de procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133/2021, destaca-se que, diante da natureza continuada e variável da demanda, mostra-se tecnicamente recomendável a adoção do Sistema de Registro de Preços, permitindo a contratação futura e eventual dos serviços conforme a necessidade administrativa efetiva e a disponibilidade orçamentária, durante a vigência da ata, sem prejuízo da observância dos limites quantitativos estabelecidos.
- 4.5. A solução proposta consiste na prestação de serviços integrados de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos de serviços de saúde dos Grupos A, B e E, com encaminhamento dos resíduos para unidade de tratamento e destinação final licenciada localizada em Manaus/AM, assegurando Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), certificados de tratamento e de destinação final, bem como relatórios gerenciais periódicos.
- 4.6. No âmbito institucional, espera-se que a contratação contribua diretamente para o fortalecimento da capacidade administrativa do Município de Maués/AM na gestão sanitária e ambiental, ampliando a efetividade das políticas públicas de saúde, vigilância sanitária e proteção ao meio ambiente, em consonância com a RDC ANVISA nº 222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Política Nacional de Resíduos



- Sólidos, além de proporcionar maior previsibilidade, organização e controle no planejamento e execução das ações de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- 4.7. Sob a perspectiva operacional, a disponibilização de serviços especializados permitirá a ampliação da capacidade de atendimento às demandas de todas as unidades de saúde da rede municipal de saúde, incluindo unidades urbanas, rurais, ribeirinhas e fluviais, promovendo maior eficiência na coleta, no transporte e no tratamento dos resíduos, redução do tempo de permanência dos resíduos em áreas assistenciais, diminuição de esforços operacionais internos, mitigação de riscos de acidentes ocupacionais e melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde e de limpeza.
- 4.8. No campo social e de saúde pública, os resultados pretendidos extrapolam a mera execução contratual de serviços, contribuindo para a proteção da saúde coletiva, redução da exposição da população a agentes biológicos e químicos perigosos, diminuição de riscos de contaminação do solo, da água e do ar, e fortalecimento da confiança da população na qualidade dos serviços de saúde prestados pelo Município, em especial em comunidades mais vulneráveis e de difícil acesso.
- 4.9. Sob a ótica econômica e de gestão pública, a contratação assegura maior eficiência na aplicação dos recursos públicos vinculados à saúde, garantindo alinhamento entre planejamento, execução e resultados, promovendo racionalização de gastos, redução de custos decorrentes de passivos ambientais, autuações e correções emergenciais, além de evitar a necessidade de investimentos elevados em estrutura própria de tratamento e destinação final.
- 4.10. Ademais, a solução adotada contribui para a mitigação de riscos institucionais relevantes, tais como interrupção ou precarização do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, ineficiência na execução das políticas de saúde e vigilância sanitária, aumento da exposição do Município a sanções de órgãos de controle sanitário, ambiental e de contas e comprometimento da regularidade de funcionamento das unidades de saúde, assegurando maior continuidade e regularidade dos serviços públicos essenciais.
- 4.11. Desta forma, a solução adotada traduz-se não apenas na contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos, mas na estruturação de condições concretas para o fortalecimento da governança sanitária e ambiental do



Município, melhoria da eficiência administrativa, promoção da economicidade dos gastos públicos e atendimento efetivo às necessidades da população, em estrita conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, do planejamento, da eficiência, da precaução, da prevenção e da proteção ao meio ambiente.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

- 5.1. A presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos de execução, assegurando a prestação, de forma contínua dos serviços de **COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL** ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde (resíduos hospitalares) gerados pelo Hospital Raimunda Francisca Dineli da Silva e pelas demais unidades da rede pública municipal de saúde, em especial aqueles enquadrados nos **GRUPOS A, B e E** da RDC ANVISA nº 222/2018.
- 5.2. A contratação observará os princípios e diretrizes da sustentabilidade, conforme previsto no Inciso IV, do Art. 11 da Lei Federal nº 14.133/21, que determina a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Dessa forma, serão considerados, sempre que possível, critérios e práticas que minimizem os impactos ambientais, estimulem a responsabilidade social e promovam a economicidade, contribuindo diretamente para uma atuação administrativa mais consciente, eficiente e comprometida com os princípios constitucionais e legais que regem a atuação do poder público, reforçando a importância da sustentabilidade como vetor essencial da boa governança.
- 5.3. Tendo em vista a contratação referenciada e, para verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação, os licitantes interessados em firmar vínculo com a Prefeitura de Maués/AM, deverão apresentar documentos suficientes para cumprimentos dos requisitos definidos no Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis e critérios definidos pela área demandante.

5.4. Habilitação Jurídica (Inciso I, Art. 62)



- 5.4.1. Documento de Identificação Civil dos sócios, aqueles abrangidos pela legislação vigente;
- 5.4.2. Em se tratando de empresa individual, exigir-se-á a apresentação da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou domicílio da empresa participante;
- 5.4.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI), exigir-se-á a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), previsto na Lei 11.598/2007 e regulamentado pela Resolução 016/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 5.4.4. Em se tratando de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada exigir-se-á a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede ou domicílio da empresa participante, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.4.5. Em se tratando de sucursal, filial ou agência, exigir-se-á a apresentação da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a Matriz;
- 5.4.6. Em se tratando de sociedade simples, exigir-se-á a apresentação da inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede ou domicílio da empresa participante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.4.7. Em se tratando de cooperativa, exigir-se-á a apresentação da Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a Ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede ou domicílio da empresa participante, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 5.4.8. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, exigir-se-á a apresentação do decreto de autorização, ato de registro ou autorização

para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

- 5.4.9. Os Registros Comerciais, independente da forma como a pessoa jurídica estiver constituída, deverão ser apresentados a partir do ato de constituição, que deve estar acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.5. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Inciso III, Art. 62)

- 5.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação;
- 5.5.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Receita Federal do Brasil;
- 5.5.3. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, conforme dispõe o Art. 27, alínea "a", da Lei Federal nº 8.036/90 e as alterações trazidas pela Lei Federal nº 9.467/97;
- 5.5.4. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43;
- 5.5.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 5.5.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa participante, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 5.5.7. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 5.5.8. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa participante, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 5.5.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto desta contratação, deverá comprovar tal condição mediante



declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

5.6. Qualificação Técnica (Inciso II, Art. 62)

- 5.6.1. Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando a prestação anterior do fornecimento dos serviços compatíveis ao objeto desta contratação.
- 5.6.2. Alvará de Localização e Funcionamento, que conste as atividades pertinentes ao objeto desta contratação, emitido pelo órgão competente da sede ou domicílio, válida para a data da abertura da sessão.
- 5.6.3. Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, válida para a data da abertura da sessão, explicitando claramente as atividades exercidas pela empresa e comprovando que a empresa possui condições higiênico-sanitárias para o exercício das atividades relacionadas ao objeto da contratação.
- 5.6.4. Licença Ambiental de Operação vigente da empresa responsável pelo tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde, expedida pelo órgão ambiental competente.
- 5.6.5. Comprovação de que os meios de transporte, tanto terrestre quanto fluvial, conforme especificidade presente no Município de Maués, destinados ao transporte dos resíduos de serviços de saúde encontram-se devidamente licenciados e autorizados pelos órgãos competentes para o exercício da atividade, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e de transporte aplicável.
- 5.6.6. Prova de inscrição ou registro regular do licitante, junto ao conselho de classe competente, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, válida para a data da abertura da sessão, acompanhado da comprovação de que possui, na data da abertura da sessão, responsável técnico em engenharia ambiental devidamente registrado e com situação no conselho de classe competente, conforme o caso.
- 5.6.7. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação



futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

5.6.8. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

5.6.9. Comprovação de cadastro ou autorização junto aos sistemas e órgãos competentes para emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), quando exigido pela legislação ambiental vigente.

5.7. Qualificação Econômico-Financeira (Inciso IV, Art. 62)

5.7.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE – Demonstração do Resultado do Exercício ou outras), apresentado na forma da Lei, devidamente autenticados conforme Instrução Normativa DREI Nº 3 de 05 de dezembro de 2013. Os documentos referidos neste item, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

5.7.2. No caso de pessoa jurídica com menos de um ano de existência, deverá apresentar Balanço de Abertura nos mesmos moldes já definidos anteriormente, juntamente com suas demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência maior ou igual a um ($>$ ou $=$ a 1).

5.7.3. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, em atendimento a Lei Federal nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, expedida até 30 (trinta) dias antes da sessão de abertura da licitação, se o prazo não for definido nas próprias certidões.

5.7.4. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial, devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento.

5.8. Garantia de Proposta

5.8.1. Nos termos do artigo 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá exigir, como requisito de habilitação, a prestação de garantia de proposta limitada a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, como forma de assegurar o cumprimento das condições estabelecidas nas propostas apresentadas e a seriedade da manifestação de interesse dos licitantes e resguardar o interesse público contra eventuais desistências imotivadas ou estratégicas por parte dos licitantes classificados, que venham a comprometer a efetividade da licitação e a continuidade dos serviços. Situações como essas podem gerar atrasos no cronograma de execução, aumento de custos administrativos e prejuízos diretos à população que depende da prestação adequada do serviço público. Contudo, a previsão legal é de caráter facultativo, cabendo à Administração avaliar, em cada caso concreto, a pertinência e a proporcionalidade de sua adoção, de modo a não restringir a competitividade ou criar ônus desnecessários aos participantes do certame.

5.8.2. Considerando o objeto deste processo licitatório, justifica-se a adoção dessa garantia como medida preventiva e de proteção ao interesse público. Trata-se de serviços essenciais e de uso diário e à manutenção da operacionalidade das diversas unidades de saúdes e dos serviços públicos de saúde disponibilizados diariamente à população, os quais dependem do pleno funcionamento da estrutura pública para o desenvolvimento de suas atividades rotineiras. Portanto, é justificável e recomendável a exigência da garantia da proposta, em percentual compatível com o limite legal, como instrumento de proteção à Administração e de fortalecimento da segurança jurídica e da competitividade do certame.

5.9. Garantia de Contratação

5.9.1. Conforme estabelece o caput do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, como condição para celebração do contrato, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento de suas obrigações. Esta previsão legal visa proteger o interesse público, permitindo à Administração a adoção de mecanismos de precaução e segurança, diante da possibilidade de descumprimento contratual que, neste caso, comprometeria não apenas os recursos públicos



despendidos, mas também o regular funcionamento de atividades essenciais à coletividade.

5.9.2. Dada a essencialidade e a recorrência se impõem à execução deste objeto, é fundamental que a Administração Pública se resguarde contra eventuais riscos de inadimplemento por parte da contratada, nesse sentido fica facultada a Administração a exigência da garantia de execução do contrato, conforme previsão do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21. A exigência da garantia contratual visa, precisamente, assegurar que a empresa vencedora esteja comprometida com a plena execução do objeto contratual, dentro das condições estabelecidas no edital, resguardando o erário contra danos decorrentes de inexecução total ou parcial.

5.9.3. A escolha por exigir a garantia contratual também reflete o zelo e a responsabilidade fiscal da Administração, buscando minimizar os riscos financeiros e operacionais que poderiam surgir ao longo da execução contratual. Ademais, diante do volume de recursos envolvidos e da essencialidade dos serviços prestados para a manutenção da infraestrutura urbana e do bem-estar da população, torna-se imprescindível adotar salvaguardas que garantam a continuidade e a qualidade das ações públicas.

5.10. Subcontratação

5.10.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a inexistência de unidade de tratamento e destinação final devidamente licenciada para resíduos de serviços de saúde no território do Município de Maués/AM.

5.10.2. Neste caso, a subcontratação será permitida para destinação final dos resíduos, a contratada deverá comunicar previamente à Administração, apresentando comprovação da habilitação técnica e regularidade fiscal da empresa responsável pela destinação final, permanecendo, contudo, integralmente responsável pela qualidade, prazos e resultados da execução contratual.

5.10.3. A natureza especializada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde e os riscos sanitários, ambientais e operacionais a eles associados, não se revela adequada a delegação da execução das atividades a terceiros, devendo a contratada assumir responsabilidade direta por todas as etapas da coleta, gerenciamento e destinação dos resíduos.

5.10.4. A futura CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do Instrumento Contratual, sendo também responsável por toda a logística necessária à adequada execução do objeto, incluindo o fornecimento, transporte, armazenamento, disponibilização e reposição de materiais, insumos, equipamentos, veículos, mão de obra e demais recursos indispensáveis à prestação dos serviços, observadas as condições, prazos e especificações estabelecidos no Edital e Instrumento Contratual.

5.11. Vistoria Técnica

5.11.1. Não será exigida visita técnica prévia pelas empresas interessadas em razão da natureza do objeto licitado, que se limita a execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde (resíduos hospitalares), sem previsão de serviços de instalação, montagem complexa ou intervenções físicas. Todas as informações necessárias para a correta elaboração das propostas deverão estar claramente definidas nos documentos que compõem o processo administrativo, especialmente no Termo de Referência, não havendo necessidade de conhecimento in loco das instalações para compreensão do objeto ou formação de preços. Assim, a dispensa dessa exigência mostra-se razoável, proporcional e alinhada ao interesse público, garantindo eficiência administrativa e maior participação de potenciais fornecedores, sem prejuízo à adequada execução contratual.

5.12. Apresentação de Fichas Técnicas

5.12.1. Considerando que não há fornecimento de bens ou equipamentos específicos sujeitos à avaliação prévia por meio de catálogos, manuais ou especificações de fabricante, a exigência de fichas técnicas não se mostra necessária nem adequada para a aferição da capacidade da futura contratada, não contribuindo para o julgamento objetivo das propostas ou para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.13. Amostras

5.13.1. Não será exigida a apresentação de amostras, uma vez que o objeto trata da prestação de serviços, de natureza imaterial, cuja avaliação não depende de verificação física prévia.



5.14. Garantia e Assistência Técnica

5.14.1. Não se aplica ao presente processo a exigência de garantia contratual específica ou de assistência técnica, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços, cuja execução será acompanhada e fiscalizada pela Administração por meio dos mecanismos de gestão e fiscalização contratual previstos na legislação vigente e nos instrumentos convocatórios.

5.14.2. A adequada execução do objeto será verificada mediante o cumprimento das obrigações contratuais, dos níveis de qualidade exigidos, dos prazos e das demais condições a serem estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato, sendo aplicáveis, em caso de descumprimento, as sanções administrativas e demais medidas cabíveis previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO (alíneas “e” e “f” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2. Após a assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente a futura CONTRATADA deverá executar as tarefas que lhe forem direcionadas dentro do prazo previsto para cada uma delas, se comprometendo a atender as demandas da Administração com prioridade, mantendo fornecimento de material que mantenha a qualidade daquele ofertado na Proposta de Preços, priorizando uma gestão colaborativa, com comunicação aberta e transparente com a Prefeitura de Maués/AM e quaisquer outras partes envolvidas.

6.3. Eventuais alterações contratuais deverão observar, estritamente, as hipóteses e os limites previstos no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, sendo vedada qualquer modificação que descaracterize o objeto originalmente contratado ou comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

6.4. A Prefeitura de Maués/AM poderá convocar a futura CONTRATADA para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por gestor e fiscalização do contrato, designada pela CONTRATANTE, conforme a Lei Federal nº 14.133/21.

6.6. Requisitos para fornecimento dos materiais/bens/produtos

6.6.1. Os serviços serão solicitados de acordo com a necessidade da Prefeitura de Maués/AM, respeitados os quantitativos máximos registrados, mediante a emissão de Autorização de Serviço expedida pela Prefeitura de Maués/AM, sob pena de o pagamento não ser realizado, em caso da inexistência de comprovação do recebimento de requisição por parte do fornecedor.

6.6.2. O prazo de execução dos serviços, a contar do recebimento da Autorização de Serviço por parte do Contratado, será no máximo 2 (dois) dias corridos.

6.6.3. A coleta dos resíduos de serviços de saúde será realizada nas unidades geradoras vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Maués/AM. Os locais de coleta, a periodicidade, os dias e os horários de execução dos serviços serão definidos pela CONTRATANTE por ocasião da assinatura do contrato e/ou durante sua execução, de acordo com as necessidades operacionais das unidades de saúde.

6.6.4. A execução do objeto deve ser realizada conforme as instruções e especificações contidas no Termo de Referência e anexos, bem como nas legislações, regulamentações e instruções vigentes que se apliquem aos itens que compõem o objeto da contratação.

6.6.5. A execução contratual deverá observar: a realização da coleta dos resíduos devidamente segregados e acondicionados nas unidades geradoras; o transporte em veículos específicos e regularmente licenciados para o transporte de resíduos de serviços de saúde; o tratamento em unidade devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, localizada em Manaus/AM; a destinação final



ambientalmente adequada, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 358/2005 e com a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); bem como a emissão do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), certificados de tratamento, certificados de destinação final e relatórios gerenciais periódicos, que assegurem a rastreabilidade e o controle de todas as etapas do gerenciamento externo dos resíduos.

- 6.6.6. A CONTRATADA será integralmente responsável pela disponibilização e pela logística de todos os materiais, insumos, equipamentos, veículos, recipientes, embalagens, coletores, mão de obra e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto contratado, incluindo transporte, armazenamento, manutenção, substituição e quaisquer outros procedimentos indispensáveis à prestação dos serviços, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 6.6.7. As Secretarias e Departamentos vinculados à Prefeitura de Maués, tem funcionamento definido das 08h00min às 17h00min de segunda à sexta-feira, em dias úteis e podem sofrer alterações, as partes devem buscar melhor entendimento para sanar quaisquer dúvidas referentes a entrega.
- 6.6.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.6.10. A atividade de prestação de serviços, não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO *(alínea "g" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

RECEBIMENTO

- 7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega do Relatório de serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade, quantidade ou regularidade dos serviços prestados, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento do instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil, ambiental, administrativa e técnico-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços contratados, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

RELATÓRIO DO SERVIÇO

- 7.5. Sempre que realizar serviços, a empresa CONTRATADA deverá elaborar Relatório de Serviço, entregando cópia à CONTRATANTE, acompanhado do respectivo Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e demais documentos exigidos pela legislação ambiental aplicável, devendo constar, no mínimo:
- 7.6. Identificação da unidade de saúde geradora dos resíduos, bem como a descrição dos serviços executados de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde;
- 7.7. Classificação dos resíduos coletados, conforme os Grupos da RDC ANVISA nº 222/2018, bem como a respectiva quantidade coletada, expressa em quilogramas (kg);
- 7.8. Data e horário da coleta e da remoção dos resíduos;
- 7.9. Número do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) emitido para a operação, contendo a identificação do transportador e da unidade de tratamento e destinação final licenciada;

- 7.10. Registro de ocorrências, não conformidades ou quaisquer situações identificadas durante a execução dos serviços que possam comprometer a segurança operacional, o cumprimento das normas sanitárias e ambientais ou a adequada execução contratual.

LIQUIDAÇÃO

- 7.11. Apresentado o documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, de acordo com procedimento administrativo mantido pela Prefeitura de Maués/AM.
- 7.12. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 7.13. O documento fiscal ou documento de cobrança correspondente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, quando for o caso, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o poder público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à



existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 7.17. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.19. Recebido o documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se o instrumento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, quais sejam:
- 7.19.1. Recibo e Requerimento de Pagamento, em papel timbrado da empresa, carimbado e assinado por sócio/dirigente ou representante legal nomeado para tal ato;
- 7.19.2. Comprovante de Situação Cadastral junto a Receita Federal do Brasil;
- 7.19.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal atestada através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014, fornecida pela Receita Federal do Brasil, em validade;
- 7.19.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;
- 7.19.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br), em validade;
- 7.19.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente em validade;



7.19.7. Prova de inexistência de inscrição de pedidos de falência ou recuperação judicial, mediante apresentação de Certidão Negativa expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

7.20. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

PAGAMENTO

7.21. O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura de Maués e com os valores propostos até 30 (trinta) dias corridos após entrega e aceitação documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestadas por funcionário que não seja o Ordenador de Despesas.

7.22. Os pagamentos serão efetuados, exclusivamente, através dos meios de transferências eletrônicas disponibilizadas e homologadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para o domicílio bancário informado pelo CONTRATADO.

7.23. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual ou de apresentação de documentação exigida neste instrumento ou no Termo de Referência ou Nota de Empenho ou em caso de irregularidade fiscal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR *(alínea “h” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, definida no Inciso XLI do Art. 6º e previsto no Inciso I do Art. 28 da Lei Federal nº 14.133/21, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, definido no Inciso I do Art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21.



9. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO *(alínea “i” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 9.1. A metodologia aplicada para obtenção do preço estimado para esta contratação, obedeceu ao que se refere o Inciso II e III do Art. 5º do Decreto Municipal nº 039, de 17 de janeiro de 2025 que regulamentou em âmbito municipal o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21, onde a consulta de contratações similares feitas pela Administração Pública e dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, foram utilizados como parâmetro para balizar o preço base da administração.
- 9.2. Contudo, após análise comparativa dos dados obtidos, verificou-se que os valores extraídos do PNCP apresentavam significativa discrepância em relação à realidade mercadológica observada no âmbito do Município de Maués/AM e localidades circunvizinhas, revelando preços substancialmente superiores aos praticados pelos fornecedores com capacidade operacional para atendimento da demanda local.
- 9.3. A manutenção desses valores na composição da média aritmética resultaria em elevação artificial do orçamento estimado da contratação, produzindo distorções incompatíveis com os preços efetivamente praticados no mercado regional. Tal circunstância comprometeria a fidedignidade da estimativa de custos e poderia gerar interpretações equivocadas acerca da vantajosidade da contratação, além de ampliar desnecessariamente a margem para propostas com valores superiores aos efetivamente praticados.
- 9.4. Diante desse cenário, e em observância ao princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, optou-se pela desconsideração dos valores oriundos do PNCP que se mostraram manifestamente incompatíveis com a realidade local, utilizando-se para formação do valor estimado apenas as referências consideradas aderentes às condições econômicas e logísticas da região de execução dos serviços.
- 9.5. A medida adotada visa assegurar que o orçamento estimativo reflita, com maior precisão, os preços efetivamente praticados no mercado capaz de atender o Município de Maués/AM, preservando a competitividade do certame, a economicidade da



contratação e a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

- 9.6. Em que pese a norma municipal prever o uso de métodos estatísticos distintos, a Administração balizou a referida pesquisa utilizando, em regra, a MÉDIA de todos os preços coletados, pois partilha do mesmo entendimento do egrégio Tribunal de Contas da União, de que o preço de mercado é mais bem representado por essas medidas, em função de os preços coletados na pesquisa possuírem pequenas variações.
- 9.7. Recebidas e consolidadas as informações constantes nos documentos de Cotação de Preços, foi definido como método para obtenção do preço estimado referente a cada item a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, cujo cálculo incidu sobre o conjunto de preços, logo, tem-se que o custo estimado total da contratação será de **R\$ 678.600,00 (Seiscentos e setenta e oito mil e seiscentos reais)** são de acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, cumprindo o dispositivo do inciso II do § 1º do art. 23 da Lei 14.133/21, conforme custos unitários apostos no Mapa Comparativo de Preços.
- 9.8. Os valores unitários estimados permanecerão sigilosos, em conformidade com a Justificativa do Orçamento Sigiloso constante no Estudo Técnico Preliminar. Essa medida está amparada pelo Art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que prevê a possibilidade de manter o orçamento estimado em caráter sigiloso, desde que devidamente justificado, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e demais informações necessárias para a elaboração das propostas pelos licitantes. Dessa forma, os quantitativos e demais informações essenciais para a formulação das propostas serão devidamente disponibilizadas, assegurando a ampla concorrência e o cumprimento da legislação vigentes.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA *(alínea “j” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 10.1. Em obediência ao previsto no Decreto Municipal nº 062, de 21 de janeiro de 2025, não é necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.



11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO E SUPERVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 11.1. O presente termo de referência foi elaborado, inicialmente, pela Secretaria Municipal de Saúde, está de acordo com o Inciso XXIII do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21, de acordo com minuta elaborada e padronizada pela Unidade de Controle Interno e Assessoria Técnica do Departamento de Licitações e Contratos, contendo todas as informações necessárias para dar início ao processo licitatório, sendo posteriormente objeto de adequação pela área demandante.

Maués/AM, 11 de março de 2026.


ANDREA ARAÚJO DOS SANTOS
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 118/2025